

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.274 - RJ (2019/0355455-9)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : **MARCO AURELIO TORRES SANTOS E OUTROS**
ADVOGADOS : **WELLINGTON CORRÊA DA COSTA JÚNIOR - RJ093311**
: **MARCO AURÉLIO TORRES SANTOS - RJ132210**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
PACIENTE : **SANDRO BATISTA RODRIGUES (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Sandro Batista Rodrigues**, apontando-se como órgão coator o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que negou provimento ao agravo em execução interposto pela defesa, mantendo a decisão proferida pelo Juízo da Vara de Execuções Penais da comarca da Capital/RJ, que indeferiu a progressão de regime prisional ao semiaberto, por considerar que o apenado não possuía os requisitos necessários para a obtenção da benesse (Autos n. 0142485-02.1992.8.19.0001 – fls. 37/39). Eis a ementa (Agravo de Execução Penal n. 0136313-96.2019.8.19.0001 – fl. 102):

AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL. TRATA-SE DE PROGRESSÃO DE REGIME PARA O SEMIABERTO. APENADO CONDENADO AS PENAS DE 44 ANOS, 4 MESES E 24 DIAS DE RECLUSÃO PELA PRÁTICA DE DELITO DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E TRÁFICO DE DROGAS. TÉRMINO DE PENA PREVISTO PARA OCORRER EM 5 DE MAIO DE 2031. DIREITO DE LIBERDADE CONDICIONAL EM 17 DE MAIO DE 2041. REQUISITO SUBJETIVO EXIGIDO PELO ARTIGO 112, *CAPUT*, DA LEP, NÃO PREENCHIDO. ÍNDICE DE COMPORTAMENTO NA UNIDADE SEAPLP, CLASSIFICADO COMO "NEUTRO", NÃO OFERECENDO ELEMENTOS CONCRETOS PARA SE VERIFICAR QUE ESTEJA APTO A USUFRUIR DAS BENESSES DO REGIME SEMIABERTO. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. EXTRATO DE INTELIGÊNCIA ELABORADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO O QUAL ENUMERA AS PRÁTICAS DELITUOSAS DO AGRAVANTE. ANALISANDO O HISTÓRICO PENAL, VERIFICA-SE QUE O APENADO É APONTADO COMO LÍDER DA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA AUTODENOMINADA COMANDO VERMELHO. A PERICULOSIDADE ENSEJOU SUA TRANSFERÊNCIA PARA UNIDADE PRISIONAL FEDERAL DE SEGURANÇA MÁXIMA, POR DUAS VEZES, EM DEZEMBRO DE 2011, RETORNANDO A ESTE ESTADO EM JULHO DE 2013, SENDO NOVAMENTE TRANSFERIDO PARA O SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL EM JUNHO DE 2016 E RETORNANDO EM AGOSTO DE 2018. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Superior Tribunal de Justiça

Neste Tribunal Superior, os impetrantes sustentam, em síntese, que (fls. 11/20):

O presente *writ* possui, pois, a seguinte fundamentação:

- Reconhecimento da ilegalidade da r. decisão que indeferiu o benefício da progressão para o regime semiaberto, haja vista que a gravidade em abstrato dos delitos praticados bem como a longa pena a cumprir e, ainda, o recém reingresso no sistema penitenciário estadual, não constituem motivação idônea a justificar o indeferimento do pleito, mormente quando, no caso vertente, o paciente preenche desde 08/07/2017 o requisito objetivo, satisfazendo, de igual modo, o requisito subjetivo, haja vista que o seu comportamento se encontra classificado como "ótimo".

Analisando-se a r. decisão que indeferiu o pedido de Progressão para o Regime Semiaberto, ver-se-á com clareza meridiana, que nela não se encontra a motivação que se fazem mister, pela completa falta dos dispositivos que facultam o exercício do pedido da medida excepcional, se apoiando, tão-somente, em suposições, deixando, desse modo, de preencher um vazio que está a reclamar a devida fundamentação, consoante reza a nossa Constituição da República, no seu inc. IX, do art. 93:

[...]

Em razão do enunciado constitucional, NULA é a decisão que não preenche tal formalidade, assim é que, em obediência ao processualismo que disciplina o estilo, não se pode conceber que o Magistrado se atrele, tão-somente, a elementos hipotéticos, ressaltando-se que, *in casu*, o Juízo Executório deixou de analisar os elementos concretos constantes no procedimento.

Convém salientar que o paciente preenche o requisito objetivo necessário à progressão para o regime semiaberto desde 08/07/2017, ou seja, há 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses, salientando que, na época do requerimento defensivo, não ostentava faltas graves, estando, inclusive, o seu comportamento classificado como "neutro".

Atualmente, segundo pode ser verificada da documentação adunada ao feito, o comportamento do apenado encontra-se classificado como "ótimo", razão pela qual preenche sobejamente os requisitos objetivo e subjetivo necessários ao deferimento da progressão para o regime semiaberto.

Por outro lado, a informação constante no Extrato de Segurança juntado pelo Ministério Público e valorada na Decisão da lavra do Juízo Executório dando conta de que o paciente, mesmo preso, exerceria liderança no tráfico de drogas existente na Cidade de Deus, não procede, haja vista não responder, atualmente, a nenhuma ação penal nesse sentido, **logo impossível de estabelecer um elo de ligação entre o beneficiário da presente e os fatos ventilados no referido documento, os quais, quando muito, ingressam na seara da suposição.**

Além disso, nota-se que, para indeferir o direito em tela, o Juízo Executório considerou, à época, o recente retorno do paciente, que se encontrava no sistema penitenciário federal, ao Estado do Rio de Janeiro, enfatizando que sua remoção se dera em virtude de por em risco a ordem e a segurança.

Acontece que, **eventuais motivos que outrora culminaram na remoção do paciente para o ergástulo da União, se porventura existiram, atualmente encontram-se sepultados, tanto é que o próprio Juízo Executório não se insurgira contra o seu retorno ao Estado de Origem.**

Acresce-se que, segundo Precedentes desta Corte, a readaptação do preso ao

Superior Tribunal de Justiça

convívio social deve ser realizada de forma **gradativa** e com a **devida segurança à sociedade**, razão pela qual a Defesa pugnara, tão somente, a progressão para o regime semiaberto, a qual **não gera - frise-se - saídas automatizadas**. Nesse sentido:

[...]

No caso concreto, verifica-se que o ora paciente preenche, como disse alhures, o requisito objetivo necessário à progressão para o regime semiaberto desde 08/07/2017, ou seja, há mais de 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses, cabendo acrescentar que, até a presente data, em que pese o retorno ao Estado do Rio de Janeiro ocorrido em 28/08/2018 (há mais de um ano), não ostentara falta grave, enfatizando-se que o seu comportamento carcerário evoluiu para a classificação "ótimo", razão pela qual o beneficiário da presente preenche os requisitos objetivo e subjetivo necessários à concessão do benefício supra.

Como se vê, a Defesa, por meio do presente *Mandamus*, não objetiva a saída automática do paciente, pelo contrário, almeja a progressão para o regime menos gravoso, abrandando-se as determinadas restrições características de presídios atinentes ao regime fechado, **como conseqüência da adaptação paulatina ao convívio social**. Desse modo, passando algum tempo, o beneficiário da presente formulará o pleito de saída externa.

[...]

Conclui-se que não merece prosperar os argumentos da decisão combatida, devendo-se prestigiar o Cálculo de Pena e a Transcrição de Ficha Disciplinar atualizada, demonstrando, em corolário, que o paciente preenche os requisitos objetivos e subjetivos necessários ao deferimento da progressão para o regime semiaberto.

Requerem, assim (fl. 21):

[...] a concessão da medida **liminar**, a fim de determinar que o Juízo Executório reaprecie o pedido de progressão para o regime semiaberto, desconsiderando-se, desta feita, a argumentação do *decisum* ora questionado, ou seja, gravidade do crime, longa pena imposta e recente reingresso de unidade federal, uma vez que, caracterizado se encontra, pelos motivos elencados, o *fumus boni iuris*, não obstante também estar presente o *periculum in mora*, já que o beneficiário da presente preenche, desde 08/07/2017, o requisito objetivo necessário ao benefício que ora pleiteia.

[...] esperam, ainda, que o presente remédio jurídico, fundamentado no direito e na razão, vá encontrar nessa NOBRE MANSÃO, a r. decisão que **reconhecerá as ilegalidades aventadas**, sendo certo que, após as formalidades de estilo, se digne esse COLENO TRIBUNAL, ao apreciar o mérito do presente remédio jurídico, reconhecer que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, concedendo-lhe, em corolário, a ordem a fim de, ratificando a liminar, reconhecer a nulidade, por ausência de fundamentação, da r. decisão da lavra do Juízo Executório, devendo, desse modo, ser proferido outro *decisum*, afastando, contudo, a argumentação ora questionada, ou seja, gravidade do crime, longa pena imposta e recente reingresso de unidade federal.

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

Dúvidas não há sobre o caráter excepcional do deferimento de liminar em *habeas corpus*. Assim, há necessidade de se comprovar, de plano, patente ilegalidade a fim de se atender ao requerimento de urgência.

Sobre o tema, o Tribunal *a quo* consignou o seguinte (Agravado de Execução Penal n. 0136313-96.2019.8.19.0001 – fls. 104/123 – grifo nosso):

O presente pleito não merece prosperar, conforme as razões a seguir expendidas.

De início, insta delinear que a progressão de regime se materializa mediante a satisfação de pressupostos de caráter objetivo e subjetivo, aquele relativo ao cumprimento de uma parte da pena, este relacionado ao mérito do condenado, cabendo ao Juízo da Vara de Execuções Penais, uma vez que é o Juízo natural, a análise de todos os requisitos legais exigidos pela norma legal vigente, com o fim de deferir ou não o direito a progressão do regime de cumprimento da pena dos apenados.

No caso em exame, agiu corretamente o douto juízo de piso ao indeferir o pedido de progressão de regime ante o não preenchimento do requisito subjetivo, considerando a periculosidade e o histórico do apenado.

Vejamos:

[...]

Verifica-se dos autos, **que o apenado é reincidente, que cumpre pena de 44 (quarenta e quatro) anos, 4 (quatro) meses e 24 dias de reclusão pela prática de associação para o tráfico de drogas, tráfico de drogas e roubo, cujo término de suas penas estão previstas para ocorrer em 5 de maio de 2032.**

Trata-se de apenado transferido para presídio federal, por duas vezes, a primeira vez de 2011 a 2013 e a última de 2016 a 28/8/2016, conforme se infere da RDF de seq.274.2 e, que recentemente retornou de presídio federal em razão do seu comportamento carcerário que, em tese, pôs risco a ordem e a segurança pública deste Estado.

Diante de seu histórico penal anexado aos autos, registra-se que o apenado é apontado como líder criminoso da organização autodenominada Comando Vermelho (Extrato elaborado pela Divisão de Inteligência do MPRJ).

A periculosidade ensejou sua transferência para Unidade Prisional Federal de Segurança Máxima em dezembro de 2011, retornou a este Estado em julho de 2013, sendo novamente transferido para o Sistema Penitenciário Federal em junho de 2016 e retornou em agosto de 2018.

No caso em exame, verifica-se que o índice de comportamento classificado na Unidade SEAPLP é "Neutro", não oferecendo, portanto, elementos concretos para se verificar que o Agravante esteja apto a usufruir das benesses do regime semiaberto.

[...]

É sabedor que para a concessão do benefício, não basta o mero preenchimento do requisito objetivo, devendo haver a necessidade da observância dos requisitos subjetivos.

Ressalta-se, que consta nos autos relatório pormenorizado do

Superior Tribunal de Justiça

Ministério Público (seq. 2702) com informações de integrar o apenado a liderança de conhecida facção criminosa atuante na comunidade da Cidade de Deus, local onde administra o tráfico de entorpecentes e diversos crimes contra a população local.

Verifica-se, que o histórico penal corrobora as razões ministeriais no sentido de que o apenado não reúne os requisitos necessários a usufruir, neste momento, do benefício pretendido.

Pois bem. Sob essa moldura, o acórdão hostilizado não ostenta ilegalidade manifesta, perceptível *primus ictus oculi*, o que exclui o *quantum* de evidência da plausibilidade jurídica do pedido, necessário ao acolhimento do pleito cautelar *initio litis*.

Ao Colegiado cabe, por prudência, o exame do *thema decidendum*.

Indefero, portanto, a liminar.

Solicitem-se informações à autoridade tida coatora e ao Juízo da Vara de Execuções Penais da Capital/RJ sobre os fatos alegados na inicial, no prazo de 20 dias, e, com essas, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Após, devolvam-se os autos.

Publique-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator